


PAULA ARAÚJO DA SILVA
2018/02/3 Diretora-GeralParecer

Concordo.
Proceda-se à audiência
dos interessados.

Na reunião de 12 de setembro de 2018, a Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA), do Conselho Nacional de Cultura (CNC), apreciou o seguinte assunto:

Projeto de Resolução N.º 1139/XIII - Recomenda ao Governo a aplicação da Resolução da Assembleia da República N.º 5/2005, "Pela classificação do Mosteiro de São Martinho de Tibães como Monumento Nacional". Procedimento de ampliação da classificação da Igreja e Mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas da respetiva quinta, classificados como imóvel de interesse público (IIP) pelo Decreto n.º 33587, DG, I série, n.º 63 de 27 de março de 1944, de forma a abranger todo o mosteiro, incluindo a cerca, tendo em vista a sua eventual reclassificação como monumento nacional (MN) e a red denominação para Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Mire de Tibães, freguesia de Mire de Tibães, concelho e distrito de Braga. CS 1229712.

1. Introdução

A proposta de reclassificação do Mosteiro de Tibães e revisão da zona especial de proteção (ZEP) consta do processo enviado pela Direção Regional de Cultura do Norte com informações muito pormenorizadas elaboradas pelo Dr. David Ferreira e que vou transcrever parcialmente para facilitar a compreensão do que se propõe.

2. Antecedentes

"O Decreto n.º 33 587 publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 63 de 27 de março de 1944, classificou a Igreja e Mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas da respetiva quinta com o grau de interesse público e a Portaria n.º 736/94 publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 187 de 13 de agosto de 1994, estabeleceu uma zona especial de proteção, que inclui uma área vedada à construção.

Através da informação CS 838980 de 16 de janeiro de 2013, a DRCN propôs a abertura da instrução do procedimento com vista à reclassificação do Mosteiro de Tibães como monumento nacional (MN).



O processo foi devolvido em junho de 2013 por despacho da então Diretora-Geral do Património Cultural, para elaboração de uma nova proposta que contemple a (...) ampliação da classificação a todo o mosteiro, incluindo a cerca, alargando em consequência a ZEP existente.

No dia 19 de dezembro de 2014 foi aprovada pela Assembleia da República uma Resolução que recomenda ao Governo que (...) classifique o Mosteiro de Tibães, localizado na freguesia de Mire de Tibães, concelho de Braga, como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como monumento nacional.¹

Através da informação CS 995212 de 23 de janeiro de 2015 a DRCN propôs:

- *A alteração da designação do bem para “Mosteiro de Tibães”;*
- *A ampliação da área classificada;*
- *A reclassificação do Mosteiro de Tibães como monumento nacional (MN);*

Por despacho de 5 de fevereiro de 2015 do Exmo. Diretor-Geral do Património Cultural foi determinada a abertura da instrução do procedimento de ampliação da classificação e reclassificação como monumento nacional (MN).

Foi cumprida a tramitação prevista sem terem sido registadas reclamações.”

3. Proposta

3.1. Proposta de reclassificação e ampliação

“Os argumentos que sustentam a reclassificação do imóvel para o grau de interesse nacional e a ampliação da área classificada de modo a abranger a antiga cerca monástica, estão expostos na informação CS 995212 de 23 de janeiro de 2015 para a qual remetemos.

Em síntese, diremos apenas que a elevação do grau de classificação é um passo natural perante um dos mais importantes exemplos de espaço monástico em território nacional, do ponto de vista:

- *Da influência da instituição na história religiosa, política e cultural ao longo dos séculos;*
- *Das qualidades artísticas, arquitetónicas e paisagísticas do seu suporte físico;*

¹ Resolução n.º 5/2015, Diário da República, 1.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2015.

- *Das ações de reabilitação e valorização levadas a cabo nas últimas décadas, merecedoras de reconhecimento e prémios internacionais.*

A ampliação da área classificada visa traduzir a verdadeira dimensão física do Mosteiro de Tibães, fazendo-a corresponder aos limites da cerca, tal como exposto na informação CS 995212 de 23 de janeiro de 2015.

3.2. Zona especial de proteção (ZEP)

“Os limites e conteúdos da ZEP foram discutidos com a Câmara Municipal de Braga, com quem mantivemos boa colaboração. Integrámos várias propostas de alteração.”

3.2.2. Zona especial de proteção - limites

*“A zona especial de proteção fixada pela Portaria n.º 736/94 continua a dar uma resposta eficaz às necessidades de salvaguarda do monumento na envolvente sul, este e oeste. No entanto, na **zona norte**, a atual ZEP revela-se diminuta ou mesmo inexistente, perante o alargamento proposto da área classificada.*

A ampliação da ZEP a norte é particularmente importante pela conjugação de dois fatores. É o principal acesso ao monumento e é a área mais edificada e com maiores expectativas de desenvolvimento urbanístico. Justifica-se por isso a participação da administração do património cultural na gestão desta zona.

A dimensão da ZEP ponderou as necessidades de proteção com critérios de razoabilidade e teve em consideração um estudo dos horizontes visuais que procura perceber até onde é que eventuais intervenções no território podem ter impactes paisagísticos significativos no monumento.”

3.2.3. Zona especial de proteção - conteúdos

O território que envolve o monumento apresenta uma ocupação diversificada, onde se misturam campos agrícolas, floresta de produção, núcleos populacionais, armazéns e instalações industriais.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga espelha bem essa diversidade. No interior da proposta de ZEP identificámos 12 classes de espaços na carta de ordenamento e 3 na carta de condicionantes:



- *Carta de Ordenamento: Espaço cultural; Espaços florestais de recreio, enquadramento e estética da paisagem; Espaços florestais de produção; Espaços florestais de proteção; Espaço verde de utilização coletiva; Espaço verde de enquadramento; Espaço verde de proteção; Espaço verde de logradouros privados; Espaço urbano de baixa densidade 1; Espaço urbano de baixa densidade 2; Área industrial de grande ou média dimensão; Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 12 (Plano de Pormenor Tibães Golf).*
- *Carta de Condicionantes: Reserva Ecológica Nacional; Reserva Agrícola Nacional; Leito e margem de águas fluviais.*

Esta proliferação de classes de espaços é compreensível no âmbito do PDM, que procura ordenar a multiplicidade de ocupações já existentes, mas não se justifica uma tal quantidade e complexidade de regras na ótica do património cultural.

Pelo contrário, julgamos que interessa fixar orientações claras e simples, que permitam ao cidadão e futuros promotores de intervenções, conhecer o espírito e critérios gerais a que deve obedecer a gestão daquele território, assumindo liberdade nas opções “finas”, que serão ponderadas caso a caso perante propostas concretas.

As propostas que apresentamos partem da análise do PDM e procuram a compatibilização com as regras já existentes, nomeadamente com as ocupações permitidas. Preocupámo-nos sobretudo em estabelecer limiares máximos de edificabilidade, de modo a garantir uma relação paisagística harmoniosa com o monumento.

Propomos fixar 5 zonamentos, a que correspondem 5 lógicas de intervenção na área da ZEP:

- *É assumida a capacidade construtiva nos espaços urbanos existentes e identificadas no PDM, para onde fixamos limites máximos de edificabilidade;*
- *Os espaços florestais e espaços verdes são unificados numa única área verde onde só se admite a reconstrução dos edifícios existentes;*
- *Para as áreas industriais existentes são fixadas regras de edificabilidade máxima e soluções de minimização dos impactes paisagísticos;*
- *Plano de Pormenor de Tibães, que constitui já um nível de planeamento de detalhe;*
- *Cemitério novo.*



3.3. Zona especial de proteção – artigo 43.º, conteúdos

- **Área verde:** nas áreas verdes da zona especial de proteção inseridas em **solo rural** no plano diretor municipal, só são admitidas reconstruções de edificações já existentes, sem aumento das áreas de implantação ou cérceas. Os trabalhos de remodelação de terrenos, alteração da topografia, derrube de árvores e destruição do solo vivo e do coberto vegetal, têm de ser previamente autorizados pela administração central do património cultural competente. Nas áreas verdes da zona especial de proteção inseridas em **solo urbano** no plano diretor municipal, só é admitida a implantação de equipamento ou mobiliário urbano destinado a parque infantil, áreas de lazer ou desporto, desde que devidamente enquadradas do ponto de vista paisagístico.
- **Área habitacional:**
 - a) O índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de $0,30 \text{ m}^2/\text{m}^2$;
 - b) Admite-se o máximo de 2 pisos acima da cota de soleira;
 - c) O índice de impermeabilização máximo admitido é de 55%;
 - d) Excecionam-se da alínea a) os prédios com área inferior a 833 m^2 , para os quais se admite a área de construção máxima de 250 m^2 , contabilizando para o efeito as construções eventualmente existentes no terreno.
- **Área industrial:** na área industrial da zona especial de proteção o índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de $0,40 \text{ m}^2/\text{m}^2$ e admite-se uma altura máxima da edificação de 6 metros acima da cota de soleira. Qualquer nova edificação, qualquer ampliação, aumento de altura das edificações existentes ou aumento da impermeabilização, tem de ser acompanhada pela execução de um projeto de integração paisagística previamente aprovado pela administração central do património cultural competente, que preveja, nomeadamente, a plantação de cortinas arbóreas em toda a periferia da área industrial, de modo a diminuir o impacto visual relativamente ao monumento.
- **Plano de Pormenor de Tibães:** as regras de ocupação, uso e transformação do solo estão fixadas no Plano de Pormenor objeto do Aviso n.º 22323/2008, Diário da República, 2.ª série, n.º 162, de 22 de agosto de 2008.

Cemitério novo: As regras de ocupação e uso do solo serão fixadas através de um projeto de arquitetura paisagística e regulamento de funcionamento, previamente aprovados pela administração central do património cultural competente.

4. Análise

4.1. Alteração da designação do Bem para “Mosteiro de São Martinho de Tibães”

A designação atual a que se refere o decreto de classificação como imóvel de interesse público (IIP) (Decreto n.º 33 587, DG, 1.ª Série, n.º 63, de 27 de março de 1944), ainda em vigor, é *“Igreja e Mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitectónicas da respectiva quinta”*. Já no Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio (nova lei orgânica do ex-IPPAR) o Mosteiro passou a designar-se Mosteiro de São Martinho de Tibães. Tendo presente que, a designação que consta no decreto de classificação pretende, antes de mais, referir um conjunto concreto de partes constituintes da propriedade, que ao seu tempo interessava preservar, é pertinente que se pretenda alterar agora a designação do Bem tendo em conta a proposta de ampliação da área classificada.

Na informação CS 838980 de 16 de janeiro de 2013 a DRCN propõe que a designação *“Igreja e Mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas da respectiva quinta, seja substituída pela designação Mosteiro de Tibães, no sentido de reforçar a visão unitária do monumento”* princípio com o qual se concorda na generalidade. Contudo entende-se que deve ser mantida na designação a referência a São Martinho que é o orago, ou seja, o santo a quem é dedicado o mosteiro. A importância de São Martinho é tal que está representado na fachada da igreja (ao centro), como militar, partilhando a capa como mendigo entre São Bento e Santa Escolástica. Também, entre estes dois santos, aparece representado no altar-mor como bispo (foi Bispo de Tours). A referência do santo no nome também indica a filiação religiosa, neste caso cristã, ligada ao Papa de Roma. Tibães é o lugar.

É da conjugação destes dois fatores que deverá resultar a designação do Bem que, nesta perspetiva, deverá ser *“Mosteiro de São Martinho de Tibães”*.

4.2. Ampliação da área classificada

A ampliação da área classificada vem repor os limites que correspondem à unicidade do Bem, o imóvel e o espaço exterior murado (a cerca) e que *“Luís Fontes designa como paisagem*

sensorial e espiritual imediata, que corresponde sensivelmente aos limites da cerca monástica na época moderna”.

Conforme referido a informação CS 995212 DSBC/DRCN/15, (...) “aos limites murados da cerca foi necessário impor algumas variações de pormenor:

- *No extremo norte uma pequena parte da cerca foi ocupada por moradias e excluída da proposta de reclassificação;*
- *Na zona sul e na zona oriental optámos por fazer coincidir o limite do imóvel com um caminho e com uma estrada que se afastam ligeiramente do muro da cerca. Este «excesso» de alguns metros justifica-se pelo facto do muro da cerca não estar totalmente representado na cartografia disponível. Privilegiámos aqui o princípio da clareza em detrimento da precisão matricial, que podia levantar problemas de identificação rigorosa no futuro;*
- *Incluímos a calçada que percorre o exterior ocidental do muro da cerca;*
- *Incluímos o terreiro, onde se implanta o cruzeiro classificado.*

Julgamos que os limites propostos identificam a parte essencial do Mosteiro de Tibães, enquanto suporte de memória (monumento) com elevado grau de coesão e integridade.”

4.3. Reclassificação como monumento nacional (MN)

A reclassificação do mosteiro, como já foi referido, “... é um passo natural perante um dos mais importantes exemplos de espaço monástico em território nacional ...” e fundamenta-se:

“- No interesse arquitetónico, arqueológico, artístico e paisagístico, enquanto exemplar notável de uma unidade cisterciense;

- No interesse histórico e científico, enquanto documento e suporte de memória da grande influência da Congregação Beneditina no percurso histórico nacional;

- No interesse sociocultural, pela importância que possui enquanto polo cultural e pela exemplaridade do projeto de valorização;

- Na integridade e autenticidade que patenteia e na exemplaridade do processo de restauro, que foi capaz de respeitar a pré-existência e acrescentar valor.”

Pelo exposto é inquestionável o mérito desta reclassificação.

4.4. Zona especial de proteção (ZEP)

Conforme referido pela Direção Regional de Cultura do Norte os limites e conteúdos da zona especial de proteção (ZEP) foram discutidos e acertados com a Câmara Municipal de Braga e que na generalidade se concorda com os limites e conteúdos referidos.

Relativamente à proposta da Câmara Municipal de Braga e da Junta de Freguesia de Mire de Tibães, de inclusão de um espaço para a construção de um novo cemitério, na atual área *non aedificandi*, deverá a mesma ser examinada em procedimento administrativo próprio remetido à Direção-Geral do Património Cultural.

5. Conclusão

Face ao exposto, a Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura aprova o seguinte:

1. A alteração da designação do Bem para “**Mosteiro de São Martinho de Tibães**”;
2. A **ampliação da área classificada**, conforme representada na planta anexa;
3. A **reclassificação do Mosteiro de São Martinho de Tibães para monumento nacional (MN)**.
4. A manutenção da zona *non aedificandi* **sem alterações**;
5. A fixação da zona especial de proteção (ZEP), conforme representada na planta anexa;
6. A fixação dos conteúdos referidos no ponto 3.2. da informação CS 1218847 de 23 de outubro de 2017, **excluindo a referência ao cemitério novo**.

APROVADO EM REUNIÃO
DA SECÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA
12 / Setembro / 2018
O Presidente da Secção,
